



REVISTA DO SESCONRS

ANO XII | Nº 82 | DEZEMBRO DE 2017

Mala Direta
Básica

9912398382
ECT/DR/RS



Projeto de lei prevê equilíbrio do orçamento e receitas do Estado

PÁG. 12

ENTREVISTA

Humberto Busnello,
Presidente da
Agenda 20/20
PÁG. 6

NEGÓCIOS

Escritórios
Contabéis precisam
ampliar serviços
PÁG. 8

PONTO DE VISTA

Não ao aumento
do PIS e Cofins -
Germano Rigotto
PÁG. 22

DOMÍNIO



Você tem a visão.
Nós temos a resposta.



Contábil PREMIUM.
Completo para o seu escritório ser exclusivo.

Informações comerciais: 0800 645 4004
www.dominiosistemas.com.br

A inteligência, a tecnologia e a expertise humana
de que você precisa para encontrar respostas confiáveis.



the answer company™

THOMSON REUTERS®

Estamos mudando de casa

A palavra “responsabilidade” deve fazer parte do dia a dia de quem dirige uma entidade de classe que representa milhares de empreendimentos. E no SESCON-RS essa regra é seguida à risca. O novo paradigma sindical no Brasil nos levou para a encruzilhada na qual escolhas importantes precisavam ser tomadas. E nossos associados decidiram migrar. Hoje nós somos Fenacon!

Foi uma decisão amadurecida, serena, racional. De todos os 37 sindicatos ligados ao Sistema Fenacon, o SESCON-RS era o único que não possuía o status de filiado. Por definição estabelecida lá atrás, no final da década de oitenta, dirigentes da época optaram por filiar nossa entidade a Fecomércio-RS e deixar a relação com a Fenacon apenas com o perfil de associado.

Mesmo atuando com foco no segmento comercial, a Fecomércio-RS atendeu as nossas pautas. E a ela sempre fomos leais, deixando a nossa expertise como empreendedores do setor de serviços à disposição. Modéstia a parte, auxiliamos em importantes bandeiras, como a questão envolvendo o Simples Nacional, na qual munimos a federação com dados e ajudamos na articulação junto ao poder legislativo em Brasília.

Também emprestamos nosso poderio intelectual para a Fecomércio-RS, ao colocar membros de nossa diretoria em importantes comissões como o Conat (Assuntos Tributários), Copos (organização sindical) e Copersind (Relações Sindicais e do Trabalho). Também atuamos junto ao conselho do Senac-RS e por termos uma vice-presidência, contribuimos na construção de políticas que visavam o crescimento do setor comércio, bens, serviço e turismo gaúcho.

Mas, como já mencionei, era preciso tomar uma decisão importante. A reforma trabalhista, em vigor há pouco dias, exige que cada organização sindical per-



DIOGO CHAMUN

tença a uma teia que venha a convergir para o mesmo centro. E, nesse caso, uma correção de rumo urgia. A Fecomércio-RS, em que pese ter muita força em nosso Estado, representa segmentos com interesses alheios aos nossos. E tem limitações geográficas, briga por pleitos regionais.

Os pleitos do SESCON-RS, via de regra, afetam o país como um todo. É a extinção das multas da GFIP, a correção da tabela do imposto de renda ou a tributação de dividendos, entre outras importantes pautas que nos impactam diretamente.

A proximidade com a Fenacon já vem da própria denominação. Ela é a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de

Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. Notem que a única diferença entre SESCON-RS e Fenacon está nas palavras “federação” e “sindicato”. É o mesmo DNA exposto, nítido, incontestável.

Portanto, em assembleia de associados do SESCON-RS, 96% decidiram voltar para casa que nos é legítima. Agradecemos a Fecomércio-RS pelo apoio, confiança e zelo para com as nossas reivindicações. Nos desfiliamos, porém a relação não foi cortada. Estaremos sempre de portas abertas para ajudar essa importante federação gaúcha em bandeiras que busquem o desenvolvimento do nosso Rio Grande.

E, desde já, também somos gratos a Fenacon por nos acolher de maneira definitiva! Uma casa na qual sempre militamos, porém com limitações legais. Agora não mais! Ao lado de nossos 36 sindicatos coirmãos vamos trabalhar ainda mais forte pela federação nacional. E com ainda mais responsabilidade!

Diogo Chamun
Presidente do SESCON-RS



Rua Augusto Severo, 168 – Porto Alegre/RS
CEP 90240-480 – Tel.: 51 3343 2090

EXPEDIENTE

DIRETORIA - TITULARES

Presidente:

Diogo Ferri Chamun

Vice-Presidente:

José Tadeu Jacoby

Diretor Adm:

Valdir Ferreira Rodrigues

Vice-Diretor Adm:

Maria Onira Colissi

Diretor Financeiro:

Maurício Gatti

Vice-Diretor Financeiro:

Eduardo Sinigaglia

Diretor de Relações do Trabalho:

José Roberto Santos Pires

Diretor de Assuntos Legislativos:

Célio Luiz Levandovski

Diretor de Eventos:

Flávio Dondoni Jr.

Diretor de TI:

Flávio Duarte Ribeiro Jr.

Vice-Presidente Regiões:

Região Taquari: Jandir Dickel

Região Central: Leono Pacheco de Oliveira

Região Vale dos Sinos:

Maria do Socorro da Cruz Bittencourt

Região da Produção: Gilberto Zanin de Souza

SUPLENTES

Celso Luft | Marice Franchetti | João Batista Custódio Duarte | Lucia Elena da Motta Haas | Paulo Ricardo Maia | Marcelo Alexandre Vidal | Jéssica Benetti de Oliveira | Ana Paula Mocellin Queiroz | Carlos Zenon Koch da Silva

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Rogério Costa Rockembach | Jorge Luiz Bersch | Joaquim Vaz Godinho

SUPLENTES

Tassiro Astrogildo Fracasso | Inelva Fátima Lodi | Alexandre Sehn

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO A FECOMÉRCIO-RS:

TITULARES

Diogo Ferri Chamun
Jaime Gründler Sobrinho

SUPLENTES

Célio Luiz Levandovski
Valdir Ferreira Rodrigues



CONSELHO EDITORIAL

Antonio Carlos Nasi | Diogo Chamun | Flávio Dondoni Jr. | Flávio Obino Filho | Jackes Heck | Jaime Gründler Sobrinho | José Roberto Santos Pires | Nelson Dutra | Valdir Ferreira Rodrigues

PRODUÇÃO

Office Press Comunicação

Jornalista responsável: Guto Moisés
(Fenaj 6543/RS)

Comercialização de anúncios

office@officepress.com.br

Tel.: 51 3325 6061

Revisão: Press Revisão

Fotos: Arquivo Office Press-SESCON-RS

Editoração eletrônica: PenseDesign



As contas públicas estão no centro do debate em relação ao processo de gestão da peça orçamentária dos Poderes executivo, legislativo e do judiciário, com o chamado Projeto do Duodécimo.

Índice

DEZ/2017

- 03 PALAVRA DO PRESIDENTE**
Estamos mudando de casa
- 05 GESTÃO PÚBLICA EFICAZ**
Eleições bilionárias em um país pobre
- 06 ENTREVISTA**
“O futuro é resolver o problema estrutural de gastos”
- 08 NEGÓCIOS**
Escritórios Contabéis precisam ampliar serviços
- 10 COMPORTAMENTO**
Plantar todos os dias. E colher no seu tempo.
- 12 CAPA**
Para garantir o equilíbrio entre orçamento e receitas
- 16 ATUALIDADES**
Superávit fiscal deve ser a meta do governo
- 17 OPINIÃO**
Obrigações acessórias: um grande desafio
- 18 INTERIOR**
Seminário Contábil em São Leopoldo
- 19 AÇÕES SESCOBRS**
Decisão histórica: SESCOBRS ingressa no sistema FENACON
- 20 CONVÊNIOS**
Os benefícios do PAT para empresas e empregados
- 21 CAPACITAÇÃO**
Cursos de atualização com aulas online
- 22 PONTO DE VISTA**
Não ao aumento do PIS e Cofins

Eleições bilionárias em um país pobre

As eleições de 2018 já estão na pauta da agenda política e, principalmente, dos políticos que buscam uma cadeira no poder legislativo ou executivo. E como toda campanha política exige muito dinheiro, o Projeto Gestão Pública Eficaz realizou um estudo, em conjunto com a PUCRS, do fundo de recursos públicos destinados aos partidos políticos desde 1994 até 2016, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. Neste período o fundo partidário distribuiu aos partidos um total de R\$ 6,92 bilhões em valores atualizados de 2016. Uma expressiva parcela desse montante, cerca de R\$ 2,8 bilhões apenas nos anos compreendidos entre 2011 e 2016, devido a alterações na lei do fundo partidário e na dotação orçamentária previstos na lei 11.459/2009. Para as eleições de 2018 foi aprovado R\$ 1,7 bilhão, o que motivou manifestações contrárias de parlamentares gaúchos.

Para o Deputado Federal João Derly (Rede), “o financiamento público eleitoral, proposto na reforma política, é uma tentativa dos grandes partidos de institucionalizar o abuso do poder econômico nas eleições. A operação Lava Jato trouxe à tona o que aconteceu na última eleição presidencial: campanhas bancadas com dinheiro oriundo de propinas que propagaram mentiras e falácias. Com o desmantelamento desse esquema, agora criaram um fundo bilionário com dinheiro público. Nós da Rede fomos contra”, disse o parlamentar.

Já a Senadora Ana Amélia (Progressistas-RS), faz um questionamento sobre o tema: “Como explicar para a sociedade, que sofre com falta de leitos nos hospitais, de investimento em segurança, em educação, que bilhões serão utilizados para financiar



JOÃO DERLY



ANA AMÉLIA

campanhas partidárias? Esse foi meu argumento quando votei, em outubro, contra a criação do fundo partidário aprovado no Congresso. A decisão do STF em 2015, de proibir a doação privada para campanhas eleitorais, abriu essa lacuna, deixando como único caminho o uso de dinheiro público.

A Senadora diz ainda que “além de regras bem definidas para a aplicação de um fundo público, é imprescindível que as campanhas sejam mais baratas. Apresentei a PEC 60/2016 para diminuir o tempo do segundo turno das eleições”. Segundo Ana Amélia, “como bem analisou o estudo do SESCOBR-RS e da PUC-RS, apenas considerando os valores praticados em 2015 por uma emissora de televisão, o custo das propagandas eleitorais no segundo turno passou de R\$ 393 milhões. A metade do gasto com o primeiro turno! Para a representante do RS no Senado Federal, “outra medida importante é a criação da cláusula de barreira, aprovada pelo Congresso, que acaba com a criação de partidos apenas para ter

acesso ao fundo. O estudo do Projeto Gestão Pública Eficaz revela um dado importante: nos últimos 24 anos, partidos que não tiveram relevância no debate nacional, na maior parte dos temas, receberam mais de R\$ 550 milhões! Com a cláusula de barreira, a partir de 2018, cada partido precisará ter ao menos 1,5% dos votos válidos nacionais a Deputado Federal, distribuído em pelo menos um terço pelos Estados. A sociedade exige mais transparência e respeito ao dinheiro público e o SESCOBR-RS cumpre seu papel como entidade em despertar a população para esses temas”, concluiu Ana Amélia.

HUMBERTO BUSNELLO, PRESIDENTE DA AGENDA 20/20

“O futuro é resolver o prob

A Agenda 20/20 é um movimento que visa transformar a realidade do Rio Grande do Sul por intermédio da informação qualificada, da mobilização dos diversos agentes da sociedade e da ação conjunta voltada para o bem comum. Nesta entrevista o presidente da entidade faz um balanço dos primeiros 11 anos de atuação e aponta questões para o futuro.

Em 2006 mais de 850 voluntários se reuniram para definir a visão do futuro para o Rio Grande do Sul. Essa foi a ‘largada’ do projeto Agenda 20/20. Qual a sua avaliação do projeto nestes 11 anos de atuação?

O importante nestes 11 anos de caminhada foi a conscientização de que o Estado precisa de um projeto estratégico de Estado e não de Governo. Esta é a missão da Agenda 20/20. Elaborar com seus voluntários um projeto de Estado. A conscientização da cultura de planejamento, em nossa opinião, foi um dos pontos altos desde o Mapa Estratégico de 2006.

Das propostas apresentadas pelos fóruns temáticos quais foram as que mais avançaram neste período?

A proposta central do último Caderno de Proposta foi a Gestão do Estado. Sem uma gestão eficiente nós não teríamos sucesso em Segurança, Saúde, Educação, em Infraestrutura, em tudo que envolve a gestão de Estado. E a partir das ações de Governo



HUMBERTO BUSNELLO

“Problema estrutural de gastos”

foi possível que tivéssemos um projeto de Estado consistente. Refiro-me as reformas que foram encaminhadas pelo Poder Executivo através de projetos de lei aprovados pela Assembleia Legislativa, os quais definiram, principalmente, as questões de responsabilidade fiscal do Estado. Além da dos encaminhamentos à reforma previdenciária estadual. Houve um avanço considerável nesta área, a depender do Poder Executivo.

Em sua avaliação, quais têm sido os principais gargalos a serem enfrentados para o desenvolvimento econômico do RS?

Os gargalos principais são a incapacidade de investimentos do Estado e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura. Nós temos o maior custo logístico do Brasil. Isto tudo influencia para que não haja um desenvolvimento harmônico no Estado. O tamanho da máquina pública é outro problema. Não só no RS, como no país. É uma questão que não condiz com o tamanho do Brasil e do Estado. O tamanho do gasto público é uma das prioridades a serem enfrentadas para termos condições para o desenvolvimento econômico daqui para frente.

A Agenda 20/20 visa planejar o futuro para os próximos 20 anos. Qual o cenário social e econômico que podemos esperar em 2037 para o Estado?

O futuro do RS, como para o

“Nós vamos ter uma população envelhecida sem conhecimento tecnológico para enfrentar daqui para frente o mercado de trabalho. Se considerarmos que em 30 anos, nos Estados Unidos, mais da metade das profissões irão desaparecer. No Brasil não será diferente, portanto, a educação, o ensino, a tecnologia e o conhecimento serão fundamentais para que possamos enfrentar o desafio do mundo produtivo em todas as áreas.”

Brasil, passa, necessariamente, por resolver seu problema estrutural de gastos. Um destes problemas é a previdência social. A pirâmide está se invertendo. Nós teremos em 2037 um índice superior da população de pessoas no RS acima de 70 anos, em particular de mulheres com mais

de 80 anos. Isso enseja outro problema. A educação para estes que estão para se aposentar. Nós vamos ter uma população envelhecida sem conhecimento tecnológico para enfrentar daqui para frente o mercado de trabalho. Se considerarmos que em 30 anos, nos Estados Unidos, mais da metade das profissões irão desaparecer, principalmente as funções com tarefas repetitivas. No Brasil não será diferente, portanto, a educação, o ensino, a tecnologia e o conhecimento serão fundamentais para que possamos enfrentar o desafio do mundo produtivo em todas as áreas.

Nas eleições passadas a Agenda 20/20 entregou aos candidatos o Caderno de Propostas da Agenda 20/20. Para as eleições de 2018, após um período de recessão, qual é o tema de casa a ser sugerido pela Agenda 20/20?

Estamos analisando o que foi proposto em 2014, o que foi realizado neste último período e o que falta implementar. A sugestão do Caderno de Propostas para 2018 será exatamente esta, um trabalho conjunto, para verificação das propostas que não foram implementadas, que permanecem atuais e necessárias, e que deviam ter sido feitas. Ademais iremos apurar o momento econômico da situação do RS, que modificou bastante de 2014 para 2018.

Escritórios Contábeis pr

O futuro das empresas contábeis passa, necessariamente, em acrescentar níveis de atendimento na prestação de novos serviços. A constatação é do empresário contábil Maurício Gatti, que neste ano participou da Accountex 2017, realizada em Boston, nos Estados Unidos. A conferência anual vai além do foco tecnológico, que é uma das principais tendências da contabilidade na atualidade, e fornece uma visão completa do ecossistema contábil e como ele poderá contribuir para seus negócios.

Em seu aprendizado durante a conferência do norte-americano L.Gary Boomer, Gatti pode observar como são estruturados os escritórios contábeis nos EUA e seus mecanismos de agregar valor na prestação dos serviços. “As empresas são organizadas para atender três níveis de serviços”. O nível um é o que nós fizemos no Brasil, isto é, o atendimento de assessoria contábil, obrigações fiscais e folha de pagamento. Já a estrutura norte-americana prevê mais dois níveis, onde existem ganhos importantes para as organizações.

Segundo Gatti, “o nível dois é o atendimento de consultoria tributária e de orçamento. Já o terceiro nível são os serviços de planejamento/sucessões, fusões/aquisições e de organização societária, dentre outros”. É bem verdade que estamos falando de mercado e realidades muito distintos, seja em comparação aos EUA, ou sobre outros países que também participam da conferência anual.

No caso norte-americano, a soma de dois fatores são preponderantes para que seus escritórios



MAURÍCIO GATTI

contábeis tenham maior capacidade técnica e de especialistas à disposição de seus clientes. “O principal fator é o sistema tributário dos EUA, que é altamente simplificado e com menor burocracia para execução das atividades contábeis. Aliado a isso, eles possuem tecnologias mais avançadas na realização dos serviços. São softwares e plataformas que atendem suas demandas de forma mais ágil, o que resulta em um importante ganho: a sobra de tempo para atender os serviços de valor agregado”, diz Gatti.

Um dos aspectos mais marcantes do Accountex é a qualidade do público que reúne. Como é um evento voltado a apresentar e debater o futuro da contabilidade, não faltam referências no assunto. Por lá passaram contadores, consultores, conselheiros, controladores, influenciadores e expoentes de empresas de tecnologias inovadoras.

POR QUE FICAR LIGA

O mercado norte-americano apresenta uma velocidade de crescimento acentuada e, visivelmente, está anos à frente do cenário de países como o Brasil. Um exemplo concreto é o que mostra o estudo Accounting Technology Ecosystem (Ecossistema de Tecnologia para Contabilidade, em tradução livre), desenvolvido pelos organizadores do Accountex.

Desde a primeira versão do levantamento, realizada em 2016, o número de soluções disponíveis para empresas de contabilidade, consultoria financeira e controladoria, entre outras, simplesmente dobrou. Hoje, são mais de 700 softwares, listados em 30 categorias.

DE BOMBEIRO A PARCEIRO

Um dos “cases” apresentados no evento foi de Donny Shimamoto, fundador da IntrapriseTechKnowlogies LLC. Ele apresentou uma espécie de escala da evolução do empresário contábil: onde está e onde deve chegar. É bastante interessante que você reflita sobre ela, até para que possa avaliar se precisa ou não ajustar a sua estratégia.

Funciona assim:

- O contador hoje é um helper, ou seja, atua mais como

precisam ampliar serviços

DO NAS TENDÊNCIAS DO ACCOUNTEX



EVENTO GLOBAL ESTIMULA A CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE VALOR AGREGADO

um bombeiro. Seu trabalho se concentra muito em emitir guias, calcular impostos e ajuda a empresa do cliente a cumprir com suas obrigações.

- O próximo passo nessa escala é o do contador supporter, ou seja, que oferece apoio em demandas pontuais, como planejamento tributário e análise de fluxo de caixa.

- No cenário ideal, depois de helper e supporter, o contador assume a condição de business partner, ou seja, um verdadeiro parceiro de negócios.

Shimamoto destaca que o trabalho do empresário contábil é ajudar as pessoas a tomarem a melhor decisão. Por outro lado a assessoria contábil ainda pensa muito no curto prazo na relação com o cliente. Seu escritório não o ajuda, por exemplo, a dispensar um

fornecedor de menor qualidade, já que isso vai impactar no seu produto e afetar seus resultados no longo prazo.

Limitar-se a capturar dados e fazer relatórios é estar preso na zona de conforto da contabilidade, afirma o palestrante. É por isso que ele defende o que chama de modelo de maturidade: helper > supporter > partner.

NOVOS SERVIÇOS

Conforme a empresa contábil evolui quanto à forma como se posiciona junto ao cliente, a tendência é que possa oferecer novos serviços. Shimamoto trouxe no Accountex 2017 também ótimas contribuições nesse sentido. Confira algumas ideias propostas.

“Já pensou, por exemplo, em oferecer o serviço de ben-

chmarking ao cliente? O conceito, cabe lembrar, remete à comparação com a concorrência para identificar pontos fortes e fracos e oportunidades de crescimento”.

Mas como isso se aplica ao empresário contábil? Segundo o palestrante, “o benchmarking contábil parte da análise das informações do cliente em comparação com um grupo pré-determinado. Ao identificar a média do mercado, a equipe contábil deve se perguntar como pode ajudar o cliente a tomar decisões para competir e superar os concorrentes”.

Shimamoto indica que isso pode ser feito, por exemplo, para cortar custos ou reduzir riscos, para qualificar a gestão de fluxo de caixa e para o pagamento de impostos, entre outras possibilidades.

Mas como fazer isso? “Teste a hipótese em um plano piloto”, recomenda ele. “Vá atrás dos clientes que valorizam isso e sugira o serviço. Priorize aqueles que você acha que consegue gerar o maior impacto. Também prefira aqueles com os quais cultivava um melhor relacionamento, pois podem dar uma opinião sincera sobre o valor agregado”, ensina Shimamoto.

Plantar todos os dias.

Com visão de futuro e foco no presente. Estes são os mantras do empresário contábil Célio Luiz Levandovski, 48 anos, que desde muito cedo entendeu o recado dos seus pais, a mãe costureira e o pai alfaiate: “você tem o tempo de plantar e o momento de colher, portanto nunca deixa semear teu futuro”. O ensinamento rendeu frutos ao então jovem e office-boy de um escritório contábil, onde tomou gosto pela profissão até chegar ao seu próprio empreendimento, sempre com objetivos claros e definidos em sua mente. Mas havia um destino ainda desconhecido, que passava ao largo do dia a dia do escritório, das atividades de representação junto ao SESCOB-RS e do Conselho Regional de Contabilidade (CRCRS), que foi uma descoberta compartilhada com sua esposa, também Contadora.

Era para ser apenas um local de refúgio e de lazer para o final de semana, com a esposa e seus dois filhos. O novo destino foi a propriedade em Águas Claras, em Viamão, com 17 hectares, com bosque, água natural, lago, churrasqueiras ao ar livre, muita mata nativa e, principalmente, uma imensa área para plantar e olhar para o futuro através da varanda tomando um bom chimarrão. Seus olhos enxergavam ao longe quando nasceu um pensamento: plantar eucaliptos como forma de reflorestamento e, ao mesmo tempo, garantir uma poupança financeira para o futuro.

Desta forma as terras descampadas e improdutivas foram semeadas com 20 mil mudas de árvores que estão em fase de crescimento e ganho de espessura para atender o mercado de papel celulose ou de



MAIS DE 20 MIL PÉS DE EUCALIPTOS



A CASA DE FINAL DE SEMANA É PARA RENOVAR AS ENERGIAS DO DIA A DIA

E colher no seu tempo.



CÉLIO LUIZ LEVANDOVSKI

madeireiras. “Atualmente, além dos 17 hectares iniciais, temos ainda uma nova área de 11 hectares com 100% de plantio de eucaliptos”, ressalta. Melhor que garantir uma poupança, o recanto de Viamão é uma espécie de renovação de oxigênio para enfrentar os desafios e encontrar soluções aos seus clientes: “é neste pulmão verde, caminhando entre as árvores, que descanso a mente e libero os pensamentos”. Com uma trilha de mais de 3 km em meio aos eucaliptos e mata nativa, Célio acredita que os ganhos naturais que criou representam muito para o presente, seja pelo respeito à natureza existente, do ecossistema que incorporou um lago, mas também pelos novos plantios de árvores e das hortaliças orgânicas. “Sigo o aprendizado, semear todos os dias, colher no tempo certo”, disse o empresário contábil e reflorestador.



PROPRIEDADE EM VIAMÃO TEM UM SISTEMA DE ECOSISTEMA SUSTENTÁVEL

Para garantir o equilíbrio e



GOVERNO DO ESTADO JÁ HAVIA APRESENTADO PROJETO EM 2016

As contas públicas estão no centro do debate em relação ao processo de gestão da peça orçamentária dos Poderes executivo, legislativo e do judiciário. Mais conhecido como Projeto do Duodécimo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 265/2017) foi apresentada pelo Deputado Bombeiro Bianchini em conjunto com 18 parlamentares que subscrevem o referido projeto.

A questão em discussão se deve ao fato de que o repasse mensal do Tesouro do Estado para os demais poderes e órgãos, para suas despesas e investimentos, é feito a partir de percentuais sobre a receita prevista na Lei Orçamentária, independente de ser confirmada. Como o Estado apresenta déficits históricos, o Orçamento é

aprovado com receitas fictícias ou de difícil confirmação. Dessa maneira, o duodécimo está em torno de R\$ 330 milhões/mês, independente de quanto o Estado efetivamente arrecada.

Para Bianchini “a manutenção da sistemática atual tem tido como consequência o ônus exclusivo ao Poder Executivo da constrição das despesas para fazer frente à queda da receita, na medida em que os repasses aos demais Poderes e Órgãos tem ficado inalterado, preservando a totalidade dos valores originalmente orçados, independente da queda das receitas arrecadadas.

PEC 265/2017

Em sua proposição pretende-se manter os valores orçados como

teto dos valores a serem repassados na forma de duodécimos, porém vinculados à realização das receitas originalmente orçadas. “Dessa forma, pretende-se distribuir de forma igualitária entre os Poderes o ônus que por ventura venha a ocorrer em caso de frustração das receitas que deram base à alocação dos recursos no orçamento público” disse Bianchini.

“Minha posição é de defesa da aprovação da proposta do duodécimo, porque ela amarra os repasses do poder executivo aos outros poderes rigorosamente à receita efetivamente arrecadada e não ao orçamento estimativo aprovado em ano anterior. Só neste ano estima-se que o poder executivo repassou a mais de duodécimo aos

Entre orçamento e receitas



EMENDA CONSTITUCIONAL DEVERÁ SER VOTADA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

outros poderes, em torno de 650 milhões de reais, considerando a receita efetivamente arrecadada. Por questão de justiça, o projeto do duodécimo deve ser aprovado e espero a sensibilidade dos demais deputados”.

O deputado Marcel Van Hattem, que também assina a PEC 265/2017, defende que “os recursos orçamentários, chamados de duodécimos, destinados ao Legislativo, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Judiciário, deveriam ser proporcionais à receita corrente líquida real, e não mais dividida com base no orçamento. Precisamos adaptar a divisão dos recursos à realidade. Não é justo que policiais e professores, os servidores que recebem os salários



BOMBEIRO BIANCHINI

mais modestos da máquina pública e são os responsáveis pelos serviços mais básicos, recebam salários parcelados enquanto nós deputados, os demais poderes, recebemos os salários em dia, alheios à crise”, disse.

GOVERNO

Em 2016, o Governo Sartori propôs alterações dos artigos 146 e 156 da Constituição Estadual, modificando os critérios de repasse do duodécimo aos demais Poderes e órgãos de Estado. A proposta acabou não sendo aprovada pela Assembleia Legislativa.

Qual era o objetivo? Alterar a forma de repasses dos duodécimos aos demais Poderes (Judiciário e Legislativo) e Órgãos de Estado (MP, TCE e Defensoria), tomando por referência a arrecadação efetivamente realizada a cada mês, tendo como teto a Lei Orçamentária.

De acordo com a Secretaria da Fazenda, na atual situação, os demais Poderes e Órgãos recebem repasses mensais do Tesouro para suas despesas e investimentos a partir de percentuais sobre a receita prevista na Lei Orçamentária, independente dela ser confirmada na prática. Como o Estado apresenta déficits históricos, o Orçamento é aprovado com receitas fictícias ou de difícil confirmação. Ou seja, o repasse obedece ao que está previsto, não ao que ocorre na vida real.

DEFENSORIA

Entre os órgãos autônomos que fazem parte do Orçamento do Estado, está a Defensoria Pública. De acordo com o Defensor Público-Geral do Estado, Cristiano Vieira Heerdt, “a instituição é essencial à função jurisdicional do Estado e possui o menor orçamento dentre os Poderes e Instituições



MARCEL VAN HATTEM

Autônomas, o que representa apenas 0,60% do orçamento total do Estado do Rio Grande do Sul. Para Heerdt, “a atual maneira de repasse dos duodécimos encontra-se consentânea com a realidade da instituição, porquanto não há espaço para redução de gastos com pessoal, que representa mais

de 80% do orçamento do órgão, pois há pouco mais de 350 cargos de servidores providos, de um total de 700, além de 409 cargos de Defensores providos, de um total de 459”, disse o Defensor-Geral.

“Assim, já se está trabalhando com uma grande carência de material humano, necessário para



CRISTIANO VIEIRA HEERDT

atendimento das 155 Comarcas nas quais a Defensoria está presente”, completou.

Na posição da Defensoria Pública, “caso haja a redução no repasse dos duodécimos haverá a possibilidade de não pagamento de fornecedores, atrasos salariais e possivelmente o fechamento de atendimento em diversas Comarcas do Estado, em total afronta ao disposto na Emenda Constitucional 80/2104, que estabeleceu que até o ano de 2022 a Defensoria Pública deverá estar presente em todas as Comarcas, o que ainda hoje não ocorre no Rio Grande do Sul, uma vez que não há atendimento em 11 Comarcas e outras 29 possuem atendimento de forma precária por deslocamento do Defensor titular de outro município”, concluiu Heerdt.

Proposta de Emenda à Constituição nº 265 /2017
Deputado(a) Bombeiro Bianchini + 18 Dep(s)

Altera o artigo 156 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

Art. 1º Fica alterado o art. 156 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 156 Os recursos orçamentários destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado, incluídos os créditos suplementares e especiais, proporcionais à Receita Corrente Líquida efetivamente arrecadada, limitados aos montantes previstos nas dotações orçamentárias, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,

Deputado(a) Bombeiro Bianchini

Deputado(a) Adilson Troca
Deputado(a) Álvaro Boessio
Deputado(a) Any Ortiz
Deputado(a) Edu Olivera

Deputado(a) Lucas Redecker
Deputado(a) Marcel van Hattem
Deputado(a) Marcelo Moraes
Deputado(a) Maurício Dzedricki

A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

A VILAGE oferece exclusivamente aos seus clientes um Sistema Completo de Gestão de Propriedade Intelectual.

infoVILAGE

Acompanhe em tempo real as execuções dos seus serviços, consulte a posição atualizada de seus processos no Brasil e exterior, e tenha acesso às suas informações cadastrais.



App VILAGE

Através do aplicativo VILAGE, disponível para aparelho Android e iPhone, você poderá visualizar as mesmas informações disponíveis no infoVILAGE e, além disso, receberá notificações de publicações, despachos e prazos, com opção de indicar quais providências deverão ser tomadas em cada caso.

0800 770 2717
www.vilage.com.br


VILAGE[®]
MARCAS E PATENTES



Superávit fiscal deve ser a meta do governo



POR FERNANDO FERRARI FILHO

tabilizar ou reduzir a relação dívida pública/PIB; e, por outro lado, para não somente melhorar os gastos em saúde e educação e em programas sociais, bem como expandir os investimentos públicos. Ou seja, política fiscal é fundamental para sinalizar crescimento econômico. Todavia, juros ainda elevados e o Novo Regime Fiscal dificultam, respectivamente, o equilíbrio fiscal e o efeito multiplicador dos gastos públicos. Em relação ao primeiro aspecto, é notório que o resultado financeiro tem sido o maior vilão do déficit público nos últimos anos. Mais especificamente, em 2014, 2015 e 2016, as relações déficit financeiro/PIB foram, respectivamente, 6,1%, 7,2% e 6,5%.

O “despiorar”, um novo verbo, vem sendo usado pelo empresariado. Isso indica o início de metas positivas para a economia brasileira?

Os números recentes da economia brasileira mostram que chegamos ao “fundo do poço” e que começamos a querer sair dele. Porém, uma coisa é querer sair e outra coisa é sair. Estamos muito longe de sair dele. Devem ocorrer vários fatores para que saíamos definitivamente do “poço”: política macroeconômica adequada, reformas estruturais, cenário internacional nacional e normalidade político-institucional. Tais fatores são imprescindíveis para que os investimentos ocorram.

Hoje, quando uma empresa aponta um crescimento de 10%, este índice é sobre uma base pequena, muitas vezes negativa de faturamento. As empresas irão recompor sua capacidade financeira e de investimentos em quanto tempo?

As empresas, atualmente, têm capacidade ociosa, em função da recessão, e estão endividadas. Por isso, as taxas de expansão dos investimentos continuam negativas. Para que os investimentos voltem a impulsionar a economia, é necessário um ambiente institucional favorável à tomada de decisão econômica por parte dos empresários. Infelizmente, esse ambiente institucional favorável está longe de ocorrer.

Em sua análise qual é a expectativa sobre o PIB em 2017 e 2018?

Em 2017, a economia deverá crescer ao redor de 0,6%, conforme está sendo sinalizado pelo mercado. Para 2018, por ser ano eleitoral, termos câmbio estável e juros mais civilizados e pelos expressivos resultados de balança comercial, deveremos crescer algo entre 2,5% e 3,0% - alentador para um período pós-crise, mas muito tímido quando a base de comparação do PIB é ruim.

** Fernando Ferrari Filho é economista e professor da UFRGS*

Segundo a FGV a recessão encerrou seu ciclo em dezembro de 2016. Qual é a sua avaliação deste ciclo econômico iniciado em 2014? Era algo que se desenhava? Suas possíveis causas?

Tecnicamente, não há dúvidas de que a recessão se encerrou no final de 2016 e de que essa foi a mais longa e severa recessão da história econômica brasileira. Os motivos para termos, entre 2014 e 2016, acumulado uma queda do PIB ordem de 7,2% são inúmeros, tais como erros de política econômica (especificamente monetária e fiscal), desaquecimento da economia mundial e crises política e institucional.

Qual o trabalho que o Governo tem ainda por fazer para garantir um rumo consolidado ao crescimento econômico?

O Governo tem que voltar a ter um superávit fiscal por dois motivos básicos: por um lado, para es-

Obrigações acessórias: um grande desafio

POR JOÃO ELOI OLENIKE

Já não é segredo para ninguém que o País possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, quando consideramos o retorno ineficiente dado à população.

Um estudo do IBPT elencou as principais exigências do Fisco aos contribuintes e às empresas. Rapidamente chegou-se ao total de 97 tipos diferentes de obrigações acessórias a serem cumpridas.

O custo de conformidade chega a representar até 1,5% do faturamento das empresas, representando, somente no ano de 2016, o montante superior a 60 bilhões de reais gastos pelas companhias, somente para atender aos órgãos arrecadatórios.

Esse custo tributário tem sido suportado pelas empresas brasileiras, que são obrigadas a manter em seus estabelecimentos um departamento fiscal bastante profissional, para acompanhar diariamente a legislação e minimizar possíveis erros, visto que as multas pelo não cumprimento dessas exigências são bastante altas, em muitos casos.

Nos últimos anos, o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped tem revolucionado a maneira

que os contribuintes se comunicam com o governo, ao exigir maior agilidade e muito mais cuidados na apuração das informações que serão transmitidas eletronicamente à Receita Federal do Brasil - RFB.

A última e maior de todas as etapas de implantação do Sped, atinge as empresas com faturamento acima de R\$ 78 milhões que terão de se adaptar ao eSocial a partir de janeiro de 2018, sendo

que as demais, a partir de 01/07/2018. Pelo eSocial, o governo terá acesso a centenas de informações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, que deverão ser informadas pelos empregadores.

Esta nova era muito mais tecnológica e dinâmica, poderá representar a redução da burocracia e dos custos no cumprimento de di-

versas obrigações acessórias hoje existentes.

Outra vantagem do sistema, tanto para o Fisco quanto para a sociedade, é a diminuição significativa da informalidade das companhias, visto que haverá maior rigor no cumprimento das normas trabalhistas, pois todo o histórico dos empregados ficará registrado



“Esta nova era muito mais tecnológica e dinâmica, poderá representar a redução da burocracia e dos custos hoje existentes.”

e validado no sistema.

Mesmo com todas as vantagens, muitas empresas, especialmente as pequenas, ainda sofrem com a barreira tecnológica, que impede que esta adaptação ocorra de forma mais tranquila. Em muitas delas, a reduzida equipe disponível é responsável pelos departamentos jurídico e contábil, ao mesmo tempo em que se divide na administração do negócio.

Contudo, as empresas precisam buscar meios de se aprimorar tecnologicamente, obtendo condições de atender às exigências cada vez maiores do Fisco, e ao mesmo tempo, se estruturar para suportar os possíveis custos advindos destas operações.

** João Eloi Olenike é tributarista, contador, auditor, professor de contabilidade e planejamento tributário e presidente executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação – IBPT*

Seminário Contábil em São Leopoldo

Com uma participação qualificada de empresários da Região do Vale do Sinos, aconteceu em São Leopoldo a 3ª Edição do Seminário Regional de Contabilidade e Gestão do Vale dos Sinos, Caí e Paranhana. Com a liderança de Maria do Socorro da Cruz Bitencourt, Vice-presidente do SESCON-RS da Região Vale do Sinos, os participantes acompanharam um talk show sobre gestão contábil com os Presidentes Diogo Chamun (SESCON-RS) e Antônio Palácios (CRCRS). Outra palestra em destaque foi de Tecnologia aplicada aos negócios, com Edgar Madruga. O seminário apresentou também palestras sobre gestão de pessoas e motivação. A entrada (2kg de alimentos) foi doada para uma instituição de caridade da cidade.



TALK SHOW SOBRE GESTÃO CONTÁBIL

PASSO FUNDO FOI SEDE DO EICON

A cidade de Passo Fundo foi sede do XXXIII EICON - Encontro de Integração dos Contabilistas do Rio Grande do Sul - ocorrido nos dias 29 e 30 de setembro e 01 de outubro. O evento promovido pela FEDERACONRS foi em comemoração aos 85 anos do SindiCONTÁBIL de Passo Fundo, que também sagrou-se campeão geral do encontro. O segundo lugar ficou com a equipe de Santa Maria e o terceiro com Lajeado. O SESCON-RS foi apoiador do EICON e conforme o vice-presidente da Região da Produção, Gilberto Zanin de Souza, o evento foi um dos maiores já realizados no Estado. O próximo EICON, em 2018, ocorrerá em Pelotas.



GILBERTO ZANIN

Decisão histórica: SESCOB-RS ingressa no sistema FENACON

No ano em que a entidade completa sua terceira década de existência, associados do SESCOB-RS se reuniram para uma mudança histórica. Em uma decisão que ficará marcada na trajetória do sindicato patronal, com 97% de aprovação, o SESCOB-RS se desfilia da Fecomércio-RS e ingressa na Fenacon. As portas do auditório Ivan Carlos Gatti, no Centro de Eventos SESCOB-RS, foram abertas para a assembleia que recebeu empresários contábeis de diversos municípios gaúchos. De todos os SESCOB's/Sescap's do Brasil, o SESCOB-RS era o único que não possuía filiação com a Fenacon (era apenas associado). A definição coloca agora a entidade gaúcha junto aos seus coirmãos, na luta pelo empreendedorismo no setor de serviços do país.

Na prática, o SESCOB-RS passa a ter um canal direto e legítimo com a federação que representa o seu segmento. A Fenacon possui 37 sindicatos em sua base, distribuídos nos 26 Estados e no Distrito Federal. Esses sindicatos representam aproximadamente 400 mil empresas que atuam nas áreas de contabilidade, assessoramento, perícias, informações e pesquisas. Filiada à Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Fenacon tem se consolidado como legítima liderança na representação do setor de serviços. A federação atua diretamente no combate à alta carga tributária, na diminuição da burocracia, na geração de mais empregos, além de lutar por políticas públicas que garantam mais desenvolvimentos às empresas brasileiras,



ASSEMBLEIA DECIDIU PELA FILIAÇÃO À FENACON

sobretudo as micro e pequenas.

Para o Presidente do SESCOB-RS, a migração foi um resgate natural de sua história. “Agradecemos a Fecomércio-RS pelo zelo que teve para com o SESCOB-RS. No entanto, era preciso dar essa ajustada no rumo de nossa entidade, estar de corpo e alma na federação onde todos falam a mesma língua e tem as mesmas pautas.

E essa casa se chama Fenacon”, afirma Diogo Chamun. Segundo o dirigente, o SESCOB-RS, por ser associado a Fenacon, já contribuía para a construção de agendas propositivas. No entanto, por força legal, tinha limitações. Agora, poderá ajudar a Fenacon e os demais sindicatos coirmãos de maneira efetiva. “Isso nos motiva ainda mais”, complementa Chamun.

Os benefícios do PAT para empresas e empregados

Um dos benefícios oferecidos pelas empresas para seus funcionários é o vale-refeição (auxílio-alimentação). Neste sentido o SESCO-RS firmou convênio com a Green Card para atender as empresas associadas à entidade.

De acordo com Kadigia Huff, responsável pela Gestão de Parceiros na Green Card, o benefício aos colaboradores “é permitido às pessoas jurídicas tributadas com base no Lucro Real com a redução de 4% no Imposto de Renda devido, a título de incentivo fiscal”.

Denominado Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, instituído pela Lei 6.321/76 e regulamentado pelo Decreto 05/1991, o projeto visa melhorar as condições nutricionais e de qualidade de vida dos trabalhadores, a redução de acidentes e o aumento da produtividade, tendo como unidade gestora a Secretaria de Inspeção do Trabalho/Departamento da Saúde e Segurança no Trabalho.

A lei dispõe que o PAT abrangerá aos trabalhadores cujo vínculo de contratação ocorra diretamente com a empresa. Embora a lei dispõe que o PAT abrangerá aos trabalhadores cujo vínculo de contratação ocorra diretamente com a empresa, a legislação não veta a extensão desse benefício a outros trabalhadores. Existem situações em que a empresa estende o programa de alimentação aos trabalhadores avulsos a seu serviço, bem como aos contratados por



intermédio de empresa de trabalho temporário, cessionária de mão de obra ou subempreiteira e da mesma forma a estagiário ou bolsista, previsto na Lei nº 11.788/08.

Cabe lembrar que a empresa ficará sujeita à fiscalização com relação a esses outros trabalhadores que não estão amparados por esse benefício.

VANTAGENS PARA A EMPRESA

- Aumento de produtividade;
- Maior integração entre trabalhador e empresa;
- Redução do absenteísmo (atrasos e faltas);
- Reduz rotatividade, atrasos e faltas ao trabalho;
- Isenção de encargos sociais sobre o valor da alimentação fornecida;
- Incentivo fiscal (dedução de até quatro por cento no imposto de renda devido);
- Regulariza a empresa, auxiliando na prevenção de futuras ações trabalhistas.

Cursos de atualização com aulas online

O setor de Capacitação e Educação do SESCOBRAS está cada vez mais conectado, com oferecimento de aulas através do sistema de Ensino à Distância (EAD).

Atualmente, os cursos oferecidos através do EAD fazem parte da parceria com a UNIFENACON, a Universidade Corporativa da FENACON. Os cursos são vídeo aulas, gravadas, em datas agendadas, que são seguidas por um fórum de discussão com a participação do professor para sanar dúvidas. Neste último ano foram realizadas vídeo aulas sobre 15 temas diferentes.

Estes cursos, após a data agendada, passam a fazer parte da biblioteca virtual SESCOBRAS e UNIFENACON. Eles ficam disponíveis para aquisição enquanto seus temas ainda são válidos e atuais. Hoje há 31 cursos disponíveis para começar a estudar em qualquer momento.

AO VIVO

As vídeo aulas são produzidas com objetivo de atender as demandas de atualização nas áreas de perícia, societários, trabalhista, contabilidade, fiscal e departamento de pessoal. Além dos cursos gravados e disponíveis na biblioteca virtual, o SESCOBRAS também tem realizado cursos e aulas a partir de transmissões ao vivo, a exemplo



do debate sobre a Reforma Trabalhista com a utilização da Live do Facebook.

VÍDEO CONFERÊNCIA

Outra alternativa tecnológica utilizada pelo SESCOBRAS tem sido as aulas por meio de vídeo conferências. Assim os alunos online podem acompanhar as aulas presenciais em tempo real, inclu-

sive com a interatividade com o professor e com os colegas.

O SESCOBRAS está realizando um estudo com as principais tecnologias disponíveis em EAD para a produção de seus próprios cursos com objetivo de atender seus associados. A meta é oferecer diferentes cursos, utilizando diferentes plataformas, para atender os empresários e profissionais que acessam o setor de Capacitação e Educação.

Não ao aumento do PIS e Cofins

GERMANO RIGOTTO *



Estamos recém virando a primeira curva com indicadores positivos da economia, depois de atravessarmos uma das mais longas e profundas crises que o país já viveu. As equipes do Ministério da Fazenda e do Banco Central, tecnicamente preparadas, acertaram em boa parte das medidas adotadas – a começar pela recuperação de confiança do mercado. A proposta de limite para os gastos públicos, uma das primeiras a serem apresentadas, demarcou o caminho correto a ser percorrido. Depois de tanta irresponsabilidade fiscal, havia chegado a hora de recolocar a casa em ordem. Essa ambiência era o pressuposto para a retomada do crescimento, que vagorosamente começa a dar sinais. Mesmo com a permanência da crise política, os setores produtivos trilham um caminho independente de fortalecimento.

Tudo vinha razoavelmente bem nesse sentido até que, nos últimos dias, o governo anunciou que pretende aumentar as alíquotas do PIS e Cofins. Ambos, apesar da origem legislativa diferente, têm relativa semelhança na base de cálculo, pois incidem sobre quase todas as receitas auferidas pelas empresas. A rigor, recaem sobre a base de consumo da sociedade brasileira. Afetam diretamente os setores produtivos do país, diminuindo sua competitividade, além da própria população, que sentirá

o efeito no bolso de maneira imediata.

A propósito: a maior parte do sistema tributário brasileiro recai sobre o consumo, num claro viés antieconômico. É o caso de tributos como IPI, ICMS, Cide, Salário-Educação, ISSQN, bem como os dois citados acima. O estado adquire um papel quase que de adversário da produção – é isso que, na prática, acontece. O crescimento não é estimulado, mas obstaculizado. Na maioria dos países desenvolvidos, e até mesmo em alguns da América Latina, existe um IVA (Imposto sobre o Valor Adicionado) e/ou um IVV (Imposto sobre Vendas a Varejo), que substituem esse cardápio imenso de impostos existentes no Brasil. Tudo fica mais claro, mais simples e mais suportável.

Uma correção de alíquotas teria um pouco mais de razoabilidade se o governo tivesse feito seu dever de casa: reduzir gastos, diminuir o tamanho de áreas que não são essenciais, combater privilégios e fazer um severo ajuste fiscal. Mas o famoso “cortar na própria carne” definitivamente não é uma tarefa que vem sendo cumprida pelas últimas gestões, embora o atual governo tenha conseguido alguns avanços mais visíveis. Ainda estamos muito longe de ter um posicionamento mais adequado do aparato estatal, que foi se voltando para dentro, adquirindo um tamanho gigante e esquecendo

as áreas prioritárias. O estado está em quase tudo, mas é insuficiente onde sua presença é fundamental e insubstituível – segurança, saúde e educação.

Querem mudar o Brasil? Então que se faça uma reforma tributária profunda, verdadeira, simplificada, inaugurando um sistema capaz de ampliar a base de cálculo e desestimular a sonegação, a elisão e a evasão fiscal. Não é momento para aumentar tributos – nem momento político, tampouco econômico e social. Ainda é tempo de travar essa decisão, embora pareça estar solidificada pelo governo federal. O país com uma das maiores cargas tributárias do planeta não merece ser penalizado mais uma vez pelas forças das circunstâncias. Deixem a economia ao menos respirar!

* Ex-governador do Rio Grande Sul, presidente do Instituto Reformar de Estudos Políticos e Tributários e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (www.germanorigotto.com.br)

VANTAGENS SIGNIFICATIVAS DA CAPACITAÇÃO PARA ASSOCIADOS SESCON-RS!

SEJA UM
ASSOCIADO
SESCONRS
SINDICATO A SERVIÇO DA SOCIEDADE



- Cursos em 3 áreas importantes (tributação, legislação e gestão) para o desenvolvimento de empresas e seus funcionários, na capital e interior
- Curso de pós graduação em parceria com o SENAC
- Eventos corporativos, seminários e workshops

ASSOCIE-SE!

Fazer parte do
SESCON-RS é um
negócio muito
vantajoso!

Entre em contato: www.sesconrs.com.br

sesconrs@sesconrs.com.br  @sesconrs  sesconrs  /SESCONRS

500%

de desconto para contadores e empresas contábeis em qualquer produto da Certificação Digital do SESCOB-RS

Promoção por tempo indeterminado



acesse o portal sesconrs.com.br

sesconrs@sesconrs.com.br  [@sesconrs](https://twitter.com/sesconrs)  [sesconrs](https://www.facebook.com/sesconrs)  [/SESCOBR](https://www.youtube.com/SESCOBRS)